

Cultura Popular e Império

**As lutas pela conquista do
consumo cultural em Portugal
e nas suas colónias**

Nuno Domingos
(organizador)



**Imprensa
de Ciências
Sociais**

Índice

Capítulo 1

Uma história de dois impérios 25

Nuno Domingos

Soberanias culturais 36

Luanda e Lourenço Marques: um mercado colonial 45

Os capítulos 57

Bibliografia 67

Capítulo 2

**Pelo Império, Publicar! Defender o colonial português através
da edição de livros durante o século xx na metrópole** 75

Nuno Medeiros

Henrique Galvão: a singularidade expressiva 78

O império como motivo na edição portuguesa: ecos
oitocentistas no início do século xx 87

Afirmção da autoedição e edição de chancela a partir
da década de 1920 96

Na ação do Estado, provocar literatura: a Agência Geral das
Colónias/Agência Geral do Ultramar e o prémio como sementeira . 112

Na ação do Estado, conduzir o processo: a Agência Geral
das Colónias/Agência Geral do Ultramar e a edição própria
como prescrição 122

Sem pompa na circunstância: reagir às guerras 137

Conclusão 146

Fontes e bibliografia 149

Capítulo 3	
A rádio enquanto instrumento de política colonial nos primeiros anos do Estado Novo: Henrique Galvão e a <i>Ronda do Império</i>.	155
<i>Manuel Deniz Silva</i>	
«Fazer Império»	157
O Império enquanto espaço auditivo.	167
A escuta radiofónica em situação colonial.	178
Bibliografia.	183
Capítulo 4	
A arquitetura da instituição cinema em Angola e Moçambique (1932-1974).	185
<i>Paulo Cunha</i>	
As bases legislativas	187
Os desafios do crescimento do consumo cinematográfico nas colónias	191
O apuramento dos mecanismos de censura.	192
A força do mercado: distribuidores e exibidores	196
<i>O Duplo Traidor vs. O Maior Espião da História</i> (1968).	202
Algumas notas finais	208
Fontes e bibliografia.	209
Capítulo 5	
Culturas cinematográficas em Luanda, 1960-1970.	211
<i>Paulo Cunha</i>	
As salas de cinema em Luanda na década de 1960.	215
A oferta cinematográfica	222

Dinâmicas do cinema em Luanda na década de 1960	229
Relação com a metrópole	231
Os públicos	233
Algumas notas finais	237
Fontes e bibliografia	238
Capítulo 6	
O império colonial português e a televisão	241
<i>Rita Luís</i>	
O mercado televisivo português	246
Uma programação colonial	250
Divulgando o império	254
Presença do Ultramar: a propaganda encontra formato televisivo	259
A Agência Geral do Ultramar na televisão	264
Uma programação para a nação pluricontinental	267
O poder do entretenimento	271
Conclusão	274
Fontes e bibliografia	277
Capítulo 7	
A convergência entre turismo, cultura popular e propaganda no império colonial português: o caso de Moçambique	281
<i>Todd Cleveland e Alex Marino</i>	
Introdução	282
Um encanto turístico intrínseco	287
<i>Sol e areia: encanto magnético</i>	<i>288</i>
<i>Os contributos económicos e demográficos da indústria do turismo</i>	<i>290</i>

«Se o construir, eles virão»: arquitetando o encanto turístico	292
<i>O desenvolvimento da infraestrutura turística</i>	292
<i>Desenvolvimento de destinos</i>	298
A promoção estatal do turismo	301
<i>Publicitando o império: esforços de promoção turística local</i> <i>e regional</i>	302
<i>Salvaguardando o império: a campanha turístico-propagandística</i> <i>americana</i>	307
<i>Uma terra de (dúbia) tranquilidade: fazendo a(s) guerra(s)</i> <i>desaparecer</i>	312
Conclusão	315
Bibliografia	317

Capítulo 8

O Governo da *pop.* Nacionalismo e hibridismo

no Duo Ouro Negro	319
<i>Marcos Cardão</i>	
O luso-tropicalismo banal	319
O governo da <i>pop.</i>	326
Mediações	329
Na rota da internacionalização	332
As fronteiras do nacionalismo	335
Outros tropicalismos	342
<i>Blackground</i> e as suas ramificações	346
A imaginação da modernidade	350
«Política(s) da transfiguração»	357
Bibliografia	358

Capítulo 9

A experiência da ida ao cinema nos subúrbios de Lourenço Marques 363

Nuno Domingos

Cinema no subúrbio de Lourenço Marques	368
Quem vai ao cinema	375
O controlo sobre as representações cinematográficas	381
Uma emoção desmedida: «o filme estava a fazer-se lá dentro»	385
<i>O direito ao barulho</i>	390
A necessidade de defesa	394
<i>A construção social do changana</i>	398
Uma dramaturgia da respeitabilidade	401
Os caminhos difíceis do amor romântico	405
Suburbanos nos cinemas da baixa	412
<i>A cultura popular como capital social dos assimilados</i>	418
Conclusão	420
Fontes e Bibliografia	421

Capítulo 10

«Aqui Portugal, Moçambique»: para uma história sonora do Rádio Clube de Moçambique (1932-1974) 425

Marco Roque de Freitas

Introdução	425
Para uma história do RCM em três fases	428
<i>Do Grémio de Radiófilos ao Rádio Clube de Moçambique (1932-1945)</i>	428
<i>A expansão do império radiofónico (1946-1960)</i>	432
<i>«A obra está feita, mas a tarefa continua» (1961-1974)</i>	434
Análise das emissões e dos grupos musicais do RCM	437
<i>Aspetos gerais da programação do RCM até 1948</i>	437
<i>Emissão A</i>	439

<i>Emissão B</i>	442
<i>Emissão C</i>	445
<i>Emissão D e as empresas de publicidade</i>	447
<i>Orquestras e cançonetistas</i>	450
<i>Hora Nativa e A Voz de Moçambique</i>	454
Conclusão	459
Bibliografia	465

Capítulo 11

Receção do rádio e da música no Moçambique colonial: experiências e subjetividades goesas	467
<i>Catarina Valdigem Pereira</i>	
Introdução	467
Os goeses no Moçambique colonial	474
O lugar do rádio e da música na migração de Goa para Moçambique nas últimas décadas do colonialismo português	480
A cena radiofónica em Moçambique	484
A rádio na «economia moral do lar» da população de origem goesa em Moçambique	486
Memórias das práticas de receção do rádio e da música no terreno laurentino: experiências e subjetividades coloniais goesas	500
Conclusão	513
Fontes e bibliografia	515

Capítulo 12

«Percy Sledge in Angola». Modernidade colonial e cultura popular urbana nas memórias <i>online</i> dos portugueses retornados de Luanda	519
<i>Bruno Góis</i>	
Investigação digital e a descoberta de <i>Percy Sledge in Angola</i> na blogosfera	522

À procura de <i>Percy Sledge in Angola</i> no Facebook	529
À procura de <i>Percy Sledge in Angola</i> nos jornais da época	539
Considerações finais	545
Bibliografia	546

Capítulo 13

A cultura popular nos musseques de Luanda: entre vigilância, violência e autonomia	549
---	------------

Diogo Ramada Curto

A noite de 5 para 6 de março de 1966 no musseque Prenda	553
Etnografia e sociologia num relatório da PIDE	560
Grupo de trabalho sobre os musseques	568
Associativismo, futebol e práticas culturais	576
Os estudos sobre Luanda e os seus musseques	581
Bibliografia	585

Capítulo 14

«Folclore» e «ritmos modernos» na cidade colonial – classe, raça e nação na história da música urbana de Luanda	587
--	------------

Pedro David Gomes

Introdução	588
Memória e representação dos estilos – popularidade e formas de discriminação	597
<i>Sons populares na (periferia da) cidade</i>	<i>597</i>
<i>O discurso luso-tropicalista – da ideologia à realidade.</i>	<i>602</i>
Mercado, Estado e diversão musical – estratificação dos espaços e implosão das dicotomias	605
<i>Luanda das matinés, cinemas e cabarés.</i>	<i>605</i>
<i>Farras no musseque</i>	<i>609</i>
<i>Usos e desusos das dicotomias pelo poder colonial</i>	<i>615</i>

<i>Entre a fluidez e a fixação dos géneros</i>	623
Considerações finais.	628
Fontes e bibliografia.	631
Capítulo 15	
Entre dois impérios. Uma leitura de <i>Cultura Popular e Império</i>	637
<i>Harry G. West</i>	
Índice remissivo	645

Nuno Domingos

Capítulo 1

Uma história de dois impérios¹

Em Portugal, no final do século XIX, a atualidade colonial ocupava os debates do campo político e as páginas da imprensa. Se neste período, por toda a Europa, o nacionalismo era um recurso privilegiado para comunicar com a população, no espaço português a retórica imperialista mobilizava a propaganda nacional. Na transição para o século XX, um «império de papel», como o designou Leonor Martins, manifestou-se nas páginas de revistas,² nos jornais de grande circulação, e ainda em romances e livros de história de cariz popular.³

¹ Este livro resulta de um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia intitulado «O império colonial português e a cultura popular urbana: visões comparativas da metrópole e das colónias (1945-1974)», PTDC/CPC-CMP/2661/2014.

² Como *O Occidente* (1878-1915), ou *A Ilustração Portuguesa* (1903-1923). Leonor Pires Martins, *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)* (Lisboa: Edições 70, 2012).

³ Sobre nacionalismo e literatura, ver Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política* (Lisboa: ICS, 2008); sobre o nacionalismo e o relato histórico, ver Sérgio Campos Matos, *Consciência Histórica e Nacionalismo – Portugal, Séculos XIX e XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008). Sobre a formação da identidade nacional, ver José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional* (Lisboa: FFMS, 2014). Sobre a construção da «memória da expansão», ver Francisco Bethencourt, «A memória da expansão», *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, orgs. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo de Leitores, 1999), 442-480.

Assim se relataram com entusiasmo patriótico as expedições científicas e as campanhas militares de «pacificação» dos territórios africanos, se representou o exótico das paisagens e das populações estranhas e primitivas e se celebraram os feitos nacionais, nomeadamente o heroico relato militar, servido por edificantes narrativas biográficas. A acompanhar estes textos, mapas, desenhos e *clichés* fotográficos estimulavam a imaginação imperial.⁴

Na transição para o século xx, novos meios de comunicação, como o cinema ou a rádio, ampliavam as possibilidades de propaganda nacional e imperial. Se o capitalismo impresso, como notou Anderson, redesenhou a identidade nacional, estes meios, dispensando o esforço de alfabetização, projetaram a imaginação para outras escalas.⁵ Mas estas instâncias de mediação constituíam também um desafio e uma ameaça aos poderes nacionais e à organização hierárquica da sua cultura. Suportaram uma poderosa indústria cultural capaz de atrair consumidores e moldar hábitos de lazer, práticas e perceções. Ampliando o espaço público para fora do mundo socialmente confinado dos alfabetizados, estes meios, ao prometerem uma cultura mais democrática e acessível, competiam com a propaganda oficial pela conquista de um mercado cultural, que era igualmente um espaço de educação dos consumidores.

Este livro trata da relação entre dois impérios. Distintamente, ambos ambicionavam moldar e conquistar subjetividades. Em determinadas circunstâncias convergiram e articularam-se, noutras, os seus programas confrontaram-se.

⁴ Sobre a importância dos mapas, ver Teresa Castro, «O esplendor dos atlas: fotografia e cartografia visual do Império no limiar do século xx», in *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*, org. Filipa Lowndes Vicente (Lisboa: Edições 70, 2014), 291-304; Sobre a fotografia, mas também sobre a importância dos postais, ver *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*, org. Filipa Lowndes Vicente (Lisboa: Edições 70, 2014); Filipa Lowndes Vicente, «Black women's bodies in the Portuguese colonial visual archive (1900-1975)», *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 30/31 (2017): 16-67; Filomena Serra, «Visões do Império: a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns», *Revista Brasileira de História da Mídia*, vol. 5, n.º 1 (2016): 45-59.

⁵ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo* (Lisboa: Edições 70, 2012). Inspirando-se em Anderson, Marissa Moorman referiu-se ao capitalismo sonoro criado pela rádio e pelo disco. Marissa Moorman, *Intonations: a Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times* (Athens: Ohio University Press, 2008).

O primeiro destes impérios é o império colonial português (as suas instituições e meios de propaganda) governado durante grande parte do período tratado neste livro pelo Estado Novo. O regime de Salazar manipulou os domínios culturais para manter o poder.⁶ Desde a sua génese, pensou a «cultura» como eixo de regulação e integração social, e de harmonização política, adaptada a contextos e a tempos distintos. Ambicionou proteger, estetizar e patrimonializar uma «cultura popular de matriz tradicional» considerada uma dimensão da orgânica do mundo rural.⁷ Apoiou e promoveu a cultura erudita nacional – muito diversa nos seus estilos, estéticas e programas –, cooptou artistas e intelectuais, intervindo como instância de seleção e consagração de hierarquias artísticas, legitimando a cultura do escol e da elite.⁸ Por fim, procurou regular uma cultura moderna, espetacular e comercial, que circulava pelas instáveis massas do mundo urbano: integrou-a no sistema corporativo, submeteu-a a órgãos de regulação, como a Inspeção-Geral dos Espetáculos, e utilizou-a para fazer a propaganda do regime pelo país, nas cidades, mas também nos espaços rurais.⁹ Para governantes e elites nacionais

⁶ Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, XXXV (157) (2001): 1031-1054.

⁷ Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1945)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001); Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge de Feiras Branco, orgs., *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal* (Oeiras: Celta, 2003); Vera Marques Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo. A Política Folclorista do SPN* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013).

⁸ Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro – O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito», 1939-1949* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999); Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira, «Os intelectuais, o poder e a cidade: o espaço social dos intelectuais do Porto no Estado Novo (1958-1965)», in *Intelectuais Europeus no Século XX: Exercícios de Objectivação Sócio-histórica*, orgs. Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira (Porto: Afrontamento, 2014), 217-258.

⁹ Neste quadro serão de destacar, sobre o cinema, Luís Reis Torgal, *O Cinema sob o Olhar de Salazar* (Lisboa: Temas e Debates, 2001); Maria do Carmo Piçarra e Jorge António, orgs., *O Cinema do Império* (Lisboa: Guerra & Paz, 2013), 53-81; Maria do Carmo Piçarra, *Azuis Ultramarinos. Propaganda Colonial e Censura no Cinema do Estado Novo* (Lisboa: Edições 70, 2015); Maria do Carmo Piçarra, *Projectar a Ordem. Cinema do Povo e a Propaganda Salazarista. 1935-1954* (Lisboa: OsPássaros, 2020); Patrícia Ferraz de Matos, «Imagens de África? Filmes e documentários portugueses relativos às antigas colónias africanas (primeira metade do século xx)», *Comunicação e Sociedade*, 29 (2016): 153-174. Sobre a rádio, ver Nelson Ribeiro, *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)* (Lisboa: Quimera, 2005); Pedro Russo Moreira, «‘Cantando espalharei por toda a parte’: programação, produção musical e o

portuguesas, o consumo destes produtos industriais era um indício de mudança social que desafiava velhas lógicas de gestão das desigualdades, como as que determinavam a existência de uma hierarquia cultural rígida, legitimadora de uma sociedade radicalmente iníqua com uma mobilidade social inexpressiva.¹⁰ De modo particular, os desafios suscitados por esta cultura compósita prolongavam-se pelos espaços imperiais.

Foi o Estado Novo que procurou organizar sistematicamente a propaganda colonial: reforçou e renovou políticas editoriais e usou os novos meios culturais para propagandear a nação imperial entre as populações metropolitanas e coloniais, e na esfera diplomática internacional. Por estes meios difundiu uma representação de superioridade civilizacional, assente na reprodução de uma memória imperial, que exaltava conquistas, descobertas e heróis nacionais, e na propaganda da ação colonial, destacando a superioridade europeia patenteada pelos portugueses, a sua missão de disseminar a fé católica e o seu poder de governar outros povos, expostos como inferiores, atrasados ou indefesos, submetidos a uma força maior que os iria «civilizar». À propaganda cabia a tarefa de inscrever no espaço público a memória dos acontecimentos e das suas principais personagens e de representar os espaços e as populações conquistadas. Estas representações evoluíram no tempo, expressando, em diferentes fases, ruturas nas políticas de propaganda, conflitos internos e contradições.

‘aportuguesamento’ da ‘música ligeira’ na Emissora Nacional de Radiodifusão (1934-1949)», (tese de doutoramento, Lisboa: FCSH-UNL, 2012); Manuel Deniz Silva, Nuno Domingos e Pedro Russo Moreira, *A Nossa Telefonia. 75 Anos de Rádio Pública em Portugal*, coord. Joaquim Vieira (Lisboa: Tinta da China, 2010); Nelson Ribeiro, «Broadcasting to the Portuguese Empire in Africa: Salazar’s singular broadcasting policy», *Critical Arts*, 28: 6 (2014): 920-937; Rogério Santos, «A política radiofónica do Estado Novo (1933-1945)», in *Salazar, o Estado Novo e os Média*, orgs. José Luís Garcia, Tânia Alves e Yves Léonard (Lisboa: Edições 70, 2017); Sobre a televisão, ver Francisco Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Presença, 1996).

¹⁰ Como notou Hermínio Martins, «A elite política de uma ditadura classista não será então composta por elementos plebeus ou socialmente marginais: no caso de Portugal o acesso à elite política é determinado pela origem social ou pelo recrutamento através de instituições militares ou educativas prestigiantes e altamente seletivas ou por ambos; através de organizações formais e relações informais, conubiais e conviviais, a elite política torna-se profundamente identificada com a classe alta». Esta identificação incluía, acrescentou Martins, a partilha de uma mundividência sobre a cultura e o gosto. Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998), 103.